

IC - Inquérito Civil n. 06.2018.00006730-7

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pela Promotora de Justiça **Geruza Isoton**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85; e no art. 90, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e

ARGACITY INDUSTRIA DE ARGAMASSA E REPRESENTAÇÃO LTDA, ora **COMPROMISSÁRIO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 04.531.151/0001-27, localizado na Rua João Américo Watzko, 155, São Vicente, Itajaí/SC, neste ato representado por **Romeu Odílio Pereira**, inscrito no CPF sob o n. 390134999-53, firmam o presente:

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 738/19, estabeleceu no art. 90, inciso VII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme art. 90, XVII, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que meio ambiente é "*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas*" (Lei n. 6.938/81, art. 3º, inciso I), e que poluição é "*a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que*

direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos" (inciso III);

CONSIDERANDO que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei n. 6.938/81);

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

CONSIDERANDO que segundo o art. 3º, III, "a" e "b" da Lei n. 6.938/81, poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

CONSIDERANDO que segundo o artigo 3º, do Decreto Estadual 14.250/81, que regulamenta dispositivos da Lei n. 5.793/80, degradação da qualidade ambiental é a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substâncias sólidas, líquidas ou gasosas, ou a combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes, em níveis capazes de direta ou indiretamente prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população, e criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

CONSIDERANDO que o licenciamento ambiental, na lição de Paulo de Bessa Antunes, serve de limitador concreto para o exercício da atividade econômica que só será lícita se exercida nos limites da licença ambiental concedida na medida em que caracteriza-se como "atividade diretamente relacionada ao exercício de direitos constitucionalmente assegurados, tais como o direito de propriedade e o direito de livre iniciativa econômica que deverão ser exercidos com respeito ao meio ambiente. Assim, indiscutivelmente, o Alvará de Licença Ambiental

servirá de limitador concreto para o exercício da atividade econômica que somente será lícita se respeitados os limites da Licença Ambiental concedida". (In, Direito ambiental. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 191/192);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, por meio de atendimento oriundo da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a existência de irregularidades na instalação de Usina de Concreto em área residencial localizada na Rua Doutor João Américo Waltkzo, 155, São Vicente, nesta cidade de Itajaí/SC;

CONSIDERANDO que, no dia 12.02.2018 a FAMAI realizou vistoria técnica na empresa para fins de regularização ambiental, sendo emitida a Análise Técnica n. 407/2018 com recomendações para as adequações no estabelecimento (pp. 10 e 17);

CONSIDERANDO que as atividades da empresa enquadram-se como atividades potencialmente poluidoras nos moldes do rol de atividades sujeitas a licenciamento ambiental, aprovada pela Resolução CONSEMA n. 13/2012 (atividade 10.50.00¹);

CONSIDERANDO que a compromissária já entregou os comprovantes dos itens descritos na análise técnica n. 407/2018 (anexo) e está a aguardar a expedição da LAO;

CONSIDERANDO o acompanhamento da implementação de melhorias/adequações na empresa para fins de regularização ambiental da empresa investigada;

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA 1ª – A Compromissária compromete-se, tão logo expedida a licença ambiental, a comprová-la nos presentes autos no prazo de 10 dias a partir de sua emissão;

CLÁUSULA 2ª – A Compromissária compromete-se a cumprir todas as condicionantes (gerais e específicas) exigidas pelo órgão ambiental para a

¹ Atividade n. 10.50.00 - Fabricação de cimento. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: P Solo: M Geral: G Porte: AU = 2: grande (EIA) os demais: médio (EAS)

regularização das atividades, o que deverá ser comprovado documentalmente nesta Curadoria no prazo de 12 meses após a expedição da licença, com relatório do órgão ambiental competente solicitado pela própria compromissária;

CLÁUSULA 3ª – Como forma de recomposição pelos danos potencialmente causados a coletividade, o Compromissário deverá arcar com o pagamento de 2 salários mínimos, ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL - pagos mediante boleto bancário a ser emitido por essa Promotoria de Justiça, para pagamento em 5 (cinco) parcelas, com início em 30 dias, a partir da assinatura do ajustamento de conduta;

CLÁUSULA 4ª – O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o Compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

CLÁUSULA 5ª – O descumprimento injustificado ou violação das cláusulas primeira e segunda, implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa no importe de R\$ 100,00 (cem reais) por dia e enquanto estiver em desacordo com as obrigações assumidas na referidas cláusulas, exigíveis do compromissário, enquanto perdurar as violações, permitindo a imediata execução e protesto de todo o valor da multa.

PARÁGRAFO ÚNICO - A multa será recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, disciplinado pelo Decreto 1.047/87, valor a ser pago em espécie mediante Guia de Depósito devidamente identificada, na conta corrente n. 63.000-4, Banco do Brasil, agência n. 3582-3 – CNPJ: 76.276.849/0001-54.

CLÁUSULA 6ª – O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o Compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

CLÁUSULA 7ª – A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

CLÁUSULA 8ª – As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 9ª – Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Itajaí, 20 de março de 2019.

[assinatura digital]

GERUZA ISOTON
Promotora de Justiça Substituta

Romeu Odilio Pereira
Argacity Industria De Argamassa e Representação Ltda